

COM SÓCRATES PORTUGAL PRECISA DE 51 ANOS PARA ATINGIR O NÍVEL DE ESCOLARIDADE DA OCDE E DA U.E. QUANDO ANTES ERAM 29 ANOS, E NOS ÚLTIMOS 6 FORAM DESTRUÍDOS 109 MIL EMPREGOS DE ESCOLARIDADE MAIS BAIXA

RESUMO DESTES ESTUDO

O sistema de ensino em Portugal não tem correspondido às necessidades de desenvolvimento do País. A prová-lo está o baixo nível de escolaridade da população empregada (em 2007, ainda 72,5% da população tinha o ensino básico ou menos, quando a média na U.E era apenas 29,2%), o elevado abandono escolar (em 2007, 36,2% em Portugal e apenas 15,2% na U.E.), a reduzida percentagem da população com idade entre os 25 e 64 anos, com, pelo menos, o ensino secundário (em 2007, 27,5% em Portugal, e 70,8% na U.E.) É evidente que um país com uma população com tão baixo nível de escolaridade em pleno séc. XXI é incapaz de ter um desenvolvimento elevado e sustentado.

Entre 2000 e 2004, portanto nos 4 anos anteriores a Sócrates, a população empregada com o ensino básico ou menos diminuiu em Portugal em 200,4 mil, ou seja, à média de 50,1 mil por ano; e a população com o ensino secundário aumentou em 98,4 mil (24,6 mil por ano) e a com o ensino superior cresceu em 204 mil (51 mil por ano). No período 2004-2008, ou seja, nos 4 anos de governo de Sócrates, a população empregada com o ensino básico ou menos, diminuiu apenas em 119,2 mil (29,8 mil por ano), a com ensino secundário aumentou em 93,9 mil (23,5 mil por ano), e a com ensino superior cresceu em 100,3 mil (25,1 mil por ano). Isto significa que Portugal para atingir um nível de escolaridade semelhante ao que tinham os países da OCDE e da U.E. em 2006, ou seja, a população com um nível de escolaridade igual ou inferior ao básico completo representar apenas 31%, precisaria de 29 anos ao ritmo anterior à entrada em funções do governo de Sócrates, e de 51 anos ao ritmo de diminuição da população com o ensino básico ou menos verificada durante os 4 anos de governo de Sócrates. É claro o retrocesso com Sócrates.

Em Portugal, observa-se uma profunda distorção nos resultados do sistema de ensino português: a percentagem da população empregada com o ensino superior em 2008 (14,9% em 2008) é praticamente igual à percentagem da população empregada com o ensino secundário (15,2% do total em 2008), situação que não se verifica na maioria dos países, o que é mais um obstáculo ao desenvolvimento devido à insuficiência de trabalhadores qualificados com o 12º ano.

Portugal é um dos países da União Europeia onde o nível de escolaridade tem um maior efeito nos ganhos obtidos pelos trabalhadores. De acordo com uma publicação da OCDE de 2008, em Portugal um trabalhador com o ensino secundário ganhava em 2006, em média, mais 49% do que um com o ensino básico e um com o ensino superior ganhava, em média, mais 164% do que um trabalhador com o ensino básico, e mais 77% do que um trabalhador com o ensino secundário. Portanto, para aumentar os ganhos dos trabalhadores é indispensável aumentar a escolaridade

Neste momento, são as profissões de nível de escolaridade mais baixa que estão a ser mais atingidas pelo desemprego. Segundo o INE, o emprego diminuiu em 52,5 mil postos de trabalho entre o 2º Trimestre e o 4º Trimestre de 2008, mas nas profissões com nível de escolaridade mais elevado (quadros superiores, especialistas de profissões intelectuais e científicas, e técnicos de nível intermédio) o emprego até aumentou em 59,9 mil, enquanto nas profissões “Operários e operadores de máquinas e instalações” e “Trabalhadores não qualificados” o emprego diminuiu em 109,3 mil. É evidente que a maioria, para não dizer a quase totalidade, destes 109 mil trabalhadores ficaram no desemprego pois naturalmente não ocuparam os postos de trabalho criados para “quadros superiores, especialistas de profissões intelectuais e científicas, e técnicos de nível intermédio”. A fragilidade do País no campo da escolaridade para enfrentar a crise actual é evidente, apesar das declarações em contrário do governo e dos seus defensores.

O fracasso da reforma de ensino do governo de Sócrates e a desorganização que ela tem provocado em todo o sistema levou este governo a uma fuga para a frente. O governo de Sócrates criou um programa a que chamou “Novas Oportunidades” que tem como objectivo dar milhares de diplomas do 12º ano. Com esse objectivo, o Ministério da Educação apresentou na Assembleia da República, aquando do debate do OE2009, um orçamento para este ano para o programa “Novas Oportunidades” de 498,6 milhões de euros, sendo 458,1 milhões de euros, ou seja, 91,9% destinado à formação de jovens, portanto, naturalmente sem experiência profissional. Perante o fracasso da reforma do sistema de educação, este governo pretende encaminhar um número crescente de jovens para o programa “Novas Oportunidades” e, com base numa formação de cerca de 2.000 horas, que corresponde a um ano e meio de formação, dar diplomas do 12º ano. Este governo tenciona, assim, substituir três anos de escolaridade (10. 11º e 12º) por um ano e meio de formação. Durante o debate do OE2009, em Novembro de 2008, em que participamos, confrontamos directamente a ministra da Educação com a seguinte questão: Como é que o governo garante a qualidade destes cursos e de que num ano e meio de aulas os formandos obtêm conhecimentos idênticos aos obtidos em três anos de escolaridade no sistema oficial de educação? - E a única resposta que a ministra deu foi textualmente a seguinte: - “A Universidade Católica está a fazer uma avaliação a essa formação e só no fim do ano é que se poderá fazer a 1ª avaliação aos seus resultados”. É desta forma que o governo pretende alterar as estatísticas sobre o baixo nível de escolaridade da população empregada, e isso é o que parece ser mais importante para este governo, preocupando-se pouco com os efeitos que isso poderá ter futuramente no processo de desenvolvimento do País.

Os resultados do sistema de ensino em Portugal, nomeadamente secundário, nunca corresponderam às necessidades de desenvolvimento do País. Um sistema de ensino deve ser também avaliado pelos resultados em termos de contribuição para o desenvolvimento do País, e os resultados em Portugal sempre constituíram um obstáculo ao desenvolvimento, sendo mesmo um grave problema estrutural que continua por resolver. É preciso ter a coragem de o reconhecer e não iludir o problema. Com o sistema de ensino que temos dificilmente o País sairá da situação de atraso em que se encontra. A prová-lo está o baixo nível de escolaridade actual da população empregada, o elevado abandono escolar, o numero insuficiente de estudantes que conseguem terminar o 12º ano. Recordemos alguns números oficiais para não sermos acusados de criticismo.

Segundo o Eurostat, em 2004, ou seja, em pleno séc. XXI, ainda 74,8% da população portuguesa tinha somente o ensino básico ou menos quando a média nos países da União Europeia era de 31,6%, ou seja, 2,3 vezes menos. Nesse mesmo ano o abandono escolar atingia em Portugal os 39,4% quando a média na U.E. era 15,8%, ou seja, quase 2,5 vezes menos. Igualmente, em 2004, a percentagem da população com idade entre os 25 e 64 anos, ou seja, em idade activa com o ensino secundário completo era em Portugal de apenas 25,2% quando a média na U.E. era de 68,4%, ou seja, 2,7 vezes mais. Mesmo entre a população jovem com idade entre os 20 e os 24 anos, a percentagem da população com, pelo menos, o ensino secundário completo era, em Portugal, de 49,6%, quando a média na União Europeia atingia já 77,1%, ou seja, 1,5 vezes mais.

Quando o actual governo tomou posse, o sistema de ensino precisava, para responder às necessidades de desenvolvimento do País, de uma profunda reforma. Era necessário e urgente mudá-lo profundamente. Mas o que infelizmente sucedeu, é que a reforma de ensino do governo de Sócrates veio ainda piorar mais a situação do ensino em Portugal, fazendo retroceder o País também neste campo, e fragilizando-o ainda mais para enfrentar a actual crise, como os próprios dados oficiais mostram.

EM 2006, A POPULAÇÃO PORTUGUESA CONTINUAVA COM UM NÍVEL DE ESCOLARIDADE MUITO INFERIOR À MÉDIA DOS PAÍSES DA OCDE E DA UNIÃO EUROPEIA

De acordo com dados da última publicação da OCDE de 2008 – Education at a Glance 2008 : OECD indicators –, que constam do quadro seguinte, a população portuguesa continuava a apresentar em 2006 um nível de escolaridade muito inferior à média dos países quer da OCDE quer da U.E.

QUADRO I – População com idade entre os 25 e 64 anos por níveis de escolaridade - 2006

REGIÕES / PAÍSES	POPULAÇÃO COM IDADE ENTRE 25-64 ANOS		
	Com o básico – 3º ciclo ou menos	Com o ensino secundário e pós - secundário	Com o ensino superior
	% Total	% Total	% Total
Média dos países da OCDE	31%	42%	27%
Média U.E.19 países	31%	45%	24%
PORTUGAL	72%	14%	14%
PORTUGAL - OCDE	+ 41 p.p.	- 28 p.p.	-13 p.p.-
PORTUGAL - UE19	+ 41 p.p.	-31 p.p.	-10 p.p.

FONTE: Education at a glance 2008 - OECD Indicators; p.p. : pontos percentuais

É evidente que Portugal, em 2006, com uma população com um nível de escolaridade em que 72% tinha apenas o ensino básico ou menos, quando a média dos Países da OCDE e da União Europeia era de 31%; em que apenas 14% possuía o ensino secundário quando a média nos países da OCDE era de 42%, e a dos países da U.E. era de 45%; e em que apenas 14% possuía o ensino superior, quando a média nos países da OCDE era de 27% e nos países da UE19 de 24%; repetindo, é evidente que um país com uma população com tão baixo nível de escolaridade em pleno séc. XXI é incapaz de assegurar um nível de desenvolvimento elevado e sustentado.

PORTUGAL PARA ATINGIR A ESCOLARIDADE MÉDIA DOS PAÍSES DA OCDE E DA U.E. PRECISAVA DE 29 ANOS, MAS COM O GOVERNO DE SÓCRATES NECESSITA DE 51 ANOS

O ritmo de recuperação do atraso do País no campo da educação piorou com o governo de Sócrates como revelam os dados do INE constantes do quadro seguinte.

QUADRO II – Nível de escolaridade da população empregada em Portugal : 2000/2008

ANOS	Até básico- 3º ciclo	Secundário e pós-secundário	Superior	TOTAL	Até básico- 3º ciclo	Secundário e pós-secundário	Superior
	Mil	Mil	Mil	Mil	% Total	% Total	% Total
2000	3.949,0	599,5	472,3	5.020,8	78,7%	11,9%	9,4%
2001	3.983,8	629,3	498,6	5.111,7	77,9%	12,3%	9,8%
2002	3.986,8	643,3	507,1	5.137,2	77,6%	12,5%	9,9%
2003	3.867,4	669,9	580,6	5.117,9	75,6%	13,1%	11,3%
2004	3.748,6	697,9	676,3	5.122,8	73,2%	13,6%	13,2%
2004-2000	-200,4	+ 98,4	+ 204,0	+102,0	-5,5%	+ 1,7 p.p	+ 3,8 p.p
Variação média anual	-50,1	+24,6	+51,0	+25,5	-1,4 p.p.	+0,4 p.p.	+0,9 p.p.
2004	3.748,6	697,9	676,3	5.122,8	73,2%	13,6%	13,2%
2005	3.694,8	740,9	686,9	5.122,6	72,1%	14,5%	13,4%
2006	3.668,1	777,3	714,1	5.159,5	71,1%	15,1%	13,8%
2007	3.660,1	776,6	733,0	5.169,7	70,8%	15,0%	14,2%
2008	3.629,4	791,8	776,6	5.197,8	69,8%	15,2%	14,9%
2008-2004	-119,2	+93,9	100,3	+75,0	-3,3p.p.	+1,6 p.p	+1,7 p.p.
Variação média anual	-29,8	+23,5	+25,1	+18,8	-0,8 p.p.	+0,4 p.p.	+0,4 p.p.

FONTE : Estatísticas do Emprego - 4º Trimestre de 2007 e 2008 – INE ; p.p. : pontos percentuais

Entre 2000 e 2004, portanto nos 4 anos anteriores a Sócrates, a população empregada com o ensino básico ou menos diminuiu em 200,4 mil, ou seja, à média de 50,1 mil por ano; a população com o ensino secundário aumentou em 98,4 mil (24,6 mil por ano) e a com o ensino superior cresceu em 204 mil (51 mil por ano). No período 2004-2008, ou seja, nos 4 anos de governo de Sócrates, a população empregada com o ensino básico ou menos, diminuiu apenas em 119,2 mil (29,8 mil por ano), a com ensino secundário aumentou em 93,9 mil (23,5 mil por ano), e a com ensino superior cresceu somente em 100,3 mil (25,1 mil por ano).

Assim, nos 4 anos anteriores a Sócrates a população com o ensino básico ou menos diminuiu 1,4 pontos percentuais ao ano, enquanto durante os 4 anos de governo de Sócrates a diminuição da população com um nível de escolaridade igual ou inferior ao básico completo foi apenas de 0,8 pontos percentuais ao ano, ou seja, o correspondente a 57% do registado em cada um dos 4 anos anteriores ao governo de Sócrates. Isto significa que Portugal para atingir um nível de escolaridade semelhante ao que tinham os países da OCDE e da U.E. em 2006, ou seja, em que a população com um nível de escolaridade igual ou inferior ao básico completo fosse apenas 31%, precisaria de 29 anos ao ritmo anterior à entrada em funções do governo de Sócrates, e de 51 anos ao ritmo de diminuição verificada durante os 4 anos de governo de Sócrates. É claro o retrocesso com o governo de Sócrates. Para além de tudo isto, observa-se uma profunda distorção nos resultados do sistema de ensino português: a percentagem da população empregada com o ensino superior em 2008 (14,9% em 2008) era praticamente igual à percentagem da população empregada com o ensino secundário (15,2% do total em 2008), situação que não se verifica praticamente em nenhum outro país, o que é mais um obstáculo ao desenvolvimento devido à insuficiência de trabalhadores qualificados com o 12º ano.

EM PORTUGAL OS GANHOS DOS TRABALHADORES COM O ENSINO SECUNDÁRIO SÃO EM MÉDIA SUPERIORES EM 49% AOS COM O ENSINO BÁSICO E OS COM O ENSINO SUPERIOR EM 164%

No estudo da OCDE existe um outro dado importante sobre os efeitos do baixo nível de escolaridade nos ganhos dos trabalhadores portugueses, e no seu nível de vida. Esses dados constam do quadro seguinte.

QUADRO III – Ganhos da população de 25-64 anos de acordo com o nível de escolaridade-2006

PAÍSES	Ganhos de acordo com a escolaridade			Ganho Superior maior Básico
	Ensino Básico	Pós secundário não superior	Superior	
Áustria	72%	135%	155%	115,3%
Alemanha	90%	112%	164%	82,2%
França	85%	87%	149%	75,3%
Inglaterra	70%	100%	159%	127,1%
PORTUGAL	67%	100%	177%	164,2%

FONTE: Education at a glance 2008 - OECD Indicators

Portugal é um dos países da União Europeia onde o nível de escolaridade tem um efeito maior nos ganhos obtidos pelos trabalhadores. De acordo com o estudo da OCDE, em 2006, em Portugal um trabalhador com o ensino secundário ganhava, em média, mais 49% do que um com o ensino básico e um com o ensino superior ganhava, em média, mais 164% do que um com o ensino básico, e mais 77% do que um trabalhador com o ensino secundário. É evidente que enquanto não aumentar significativamente o nível de escolaridade da população empregada não será possível aumentar substancialmente os ganhos da maioria dos trabalhadores portugueses.

O EMPREGO DE ESCOLARIDADE ELEVADA AUMENTOU EM 59,9 MIL, E O EMPREGO DE ESCOLARIDADE MAIS BAIXA DIMINIU EM 109,3 MIL

O quadro seguinte, construído com dados constantes das Estatísticas do Emprego referentes ao 4º Trimestre de 2008, revela que as profissões que estão a ser mais atingidas pelo desemprego são fundamentalmente as de escolaridade mais baixa.

QUADRO III – Variação do emprego por profissões – 2ºTrim.2008/4º Trim.2008

PROFISSÕES	2º Trim.2008 Mil	4º Trim. 2008 Mil	VARIAÇÃO 4T-2T2008 - Mil
Quadros superiores, Especialistas de profissões intelectuais e científicas e Técnicos profissionais de nível intermédio	1.251,6	1.311,5	+ 59,9
Pessoal administrativo, de serviços e vendedores	1.268,0	1.283,5	+ 15,5
Agricultores e trabalhadores rurais	571,2	557,6	- 13,6
Operários e operadores de máquinas e instalações	1.425,3	1.349,9	- 75,4
Trabalhadores não qualificados	679,4	645,5	-33,9
Forças Armadas	32,6	27,6	-5,0
TOTAL	5.228,1	5.175,6	-52,5

FONTE. Estatísticas do Emprego - 4º Trimestre de 2008 – INE

Segundo o INE, o emprego diminuiu em 52,5 mil postos de trabalho entre o 2º Trimestre e o 4º Trimestre de 2008, mas o desemprego está a atingir de uma forma muito diferente as diferentes profissões. Assim, neste período, o emprego nas profissões com escolaridade mais elevada (quadros superiores, especialistas de profissões intelectuais e científicas, e técnicos de nível intermédio) até aumentou em 59,9 mil, enquanto o emprego das profissões de escolaridade mais baixa (“Operários e operadores de máquinas e instalações” e “Trabalhadores não qualificados”) diminuiu em 109,3 mil. Portanto, são os trabalhadores, na generalidade, com mais baixo nível de escolaridade que são os primeiros e os mais atingidos pelo desemprego e, como é evidente, são aqueles que terão maiores dificuldades em arranjar de novo emprego, pois é evidente que estes trabalhadores despedidos não foram ocupar os 59,9 mil postos de trabalho criados referentes a profissões de mais elevada escolaridade e qualificação. A fragilidade do País neste campo é evidente, e a sua falta de preparação para enfrentar uma crise como a actual é evidente depois de 4 anos de governo de Sócrates. Este é um problema estrutural do País que a política seguida pelo governo de Sócrates nos últimos quatro anos só agravou, como claramente mostram os dados oficiais.

A TENTATIVA DE BRANQUEAR O FRACASSO DA REFORMA DO ENSINO DO GOVERNO DE SÓCRATES COM AS “NOVAS OPORTUNIDADES”

Perante o fracasso evidente da sua reforma de ensino e a desorganização que ela tem provocado em todo o sistema, incluindo o sistema de ensino superior que não analisamos neste estudo para o não tornar demasiadamente longo, e numa fuga para a frente, Sócrates criou um programa a que chamou “Novas Oportunidades”, que tem como objectivo principal dar milhares de diplomas do 12º ano. O governo de Sócrates, propositadamente confundindo a certificação das competências profissionais obtidas pelos trabalhadores ao longo da sua vida profissional, cuja certificação é fundamental que seja feita, com a aquisição de conhecimentos escolares, juntou as duas coisas (dupla certificação), e com a cobertura da primeira, em que o consenso é pacífico, tenta-se ocultar o fracasso da sua reforma a nível do sistema de ensino e branquear as estatísticas.

O Ministério da Educação apresentou na Assembleia da República, aquando da aprovação do OE2009, um orçamento para este ano para o programa “Novas Oportunidades” de 498,6 milhões de euros, sendo 458,1 milhões de euros, ou seja, 91,9% destinado à formação de jovens, portanto, naturalmente sem experiência profissional, que, perante o fracasso da reforma do sistema de educação, o governo pretende encaminhá-lo, muitos deles de uma forma forçada,

para o programa “Novas Oportunidades”. E com base numa formação de cerca de 2.000 horas, que correspondem a cerca de um ano e meio de formação, conceder-lhes o diploma do 12º ano. Assim, Sócrates pretende substituir três anos de escolaridade (10. 11º e 12º) por um ano e meio de formação simplificada.

Durante o debate do OE2009, em Novembro de 2008, em que participamos, confrontamos directamente a ministra da Educação com a seguinte questão: Como é que o governo garantia a qualidades destes cursos e assegurava que num ano e meio de formação os alunos obtinham os mesmos conhecimentos escolares que em três anos de escolaridade no sistema de educação, para que o diploma do 12º ano, concedido no sistema de educação oficial e nas “Novas oportunidades”, correspondesse a idêntico nível de conhecimentos adquiridos? A única resposta que a ministra deu foi textualmente a seguinte: - “A Universidade Católica estava a fazer uma análise aos resultados dessa formação e só no fim do ano é que se teriam os primeiros resultados”.

A substituição do sistema de ensino oficial – o educativo – pelas “Novas Oportunidades” é uma iniciativa que surpreendeu até parceiros da U.E., já que é muito difícil, para não dizer mesmo impossível, nos cursos daquele programa tornar a aquisição de conhecimentos técnicos - científicos que constam dos programas escolares idêntica aos obtidos no sistema de educação, mas isso deixou indiferente o governo de Sócrates, que está mais preocupado em mudar (branquear) as estatísticas. Procurando calar os críticos, o governo de Sócrates tem acusado todos aqueles que criticam esta “solução” para o baixíssimo nível de escolaridade ainda existente em Portugal, de que assim se opõem à certificação das competências obtidas pelos trabalhadores e que é melhor ter os jovens nas “Novas Oportunidades” de que na situação de abandono escolar. Mas a verdade é que assim só se adia a resolução verdadeira deste grave problema nacional e se dá milhares de diplomas do 12º ano (aumento de cem mil até 2010 é o objectivo anunciado pelo governo) que não correspondem a uma verdadeira aquisição de conhecimentos, o que terá inevitavelmente no futuro reflexos graves no processo de desenvolvimento do País, pois este nunca será possível sem uma população com elevada escolaridade e altamente qualificada. Não é iludindo assim o problema, como este governo está a fazer, que se resolve verdadeiramente um grave problema estrutural do País.

Eugénio Rosa

Economista

edr@mail.telepac.pt

25.2.2009